

**Inquérito Civil**

**Identificação no SIG: 06.2012.00000178-9**

**Objeto: Diagnóstico da situação dos programas/serviços de execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Macieira -SC.**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador, **Bruna Gonçalves Gomes**, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição da República; no artigo 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85; no artigo 211 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e nos artigos 103, inciso VIII, e 104, incisos I e II, 112, todos da Lei Complementar Estadual nº 734/93 e o **Município de Macieira**, doravante denominado como **Compromissário 1**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.992.220/0001-00, sediada na Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira-SC, representado por seu Prefeito Municipal **Zelir Citadin**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 3.496.161, inscrito no CPF sob o nº 347.701.519-34, filho de Vitorio Citadin e Anilde Qualioto Citadin, natural de Arroio Trinta-SC, nascido em 27.03.1955, acompanhado do Procurador Geral do Município de Macieira, Dr. Ocimar Carlos Pioli – OAB/SC 12.255, que também subscreve o presente termo; e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macieira – CMDCA, doravante **Compromissário 2**, neste ato representado por sua Presidente LUCIANE ELOY DE ANDRADE (CPF 987.835.059-20); nos autos do **Inquérito Civil nº 06.2012.00000178-9**, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça, com atribuição na área da Infância e Juventude da Comarca de Caçador; e

**CONSIDERANDO** que é dever do Poder Público, conforme disposto no art. 227, *caput*, da Constituição da República e art. 4º, *caput* e parágrafo único, da Lei n. 8.069/1990, assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta

prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, dentre outros direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (conforme art. 3º da Lei n. 8.069/1990);

**CONSIDERANDO** que, na forma do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas "b" e "d", da Lei n. 8.069/1990, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

**CONSIDERANDO** que a aludida garantia de prioridade também se estende aos adolescentes que praticam atos infracionais, para os quais o art. 228 da Constituição da República, em conjugação com os arts. 103 a 125 da Lei n. 8.069/1990 e disposições correlatas contidas na Lei n. 12.594/2012, estabelece a obrigatoriedade de ser dispensado tratamento diferenciado, individualizado e especializado, extensivo às suas famílias;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) definiu em seu art. 86 que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**CONSIDERANDO** que, na forma do disposto no art. 88, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a municipalização se constitui na diretriz primeira da política de atendimento à criança e ao adolescente, sendo também relativa à criação e implementação de programas destinados a adolescentes autores de atos infracionais, notadamente aqueles que visam tornar efetivas e/ou dar suporte à execução das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;

**CONSIDERANDO** a necessidade de integração social dos adolescentes autores de ato infracional em suas famílias e comunidades,

conforme preconizado nos arts. 100, *caput* e parágrafo único, incisos IX, c/c 113, da Lei n. 8.069/1990, e nos arts. 35, inciso IX e 54, incisos IV e V, da Lei n. 12.594/2012;

**CONSIDERANDO** que um dos objetivos precípuos das medidas socioeducativas em meio aberto é, justamente, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e sendo tais medidas, quando comparadas às restritivas de liberdade, as mais compatíveis com a manutenção e reintegração de tais vínculos, assim como com o atendimento à saúde mental infanto-juvenil preferencialmente realizado em base comunitária e extra-hospitalar, conforme definido pela Lei n. 10.216/2001;

**CONSIDERANDO** as atuais carências de estrutura física, de recursos humanos e de vagas nas unidades de semiliberdade e de internação socioeducativa, associados à necessidade do estabelecimento de justa correspondência entre atos infracionais de menor gravidade e medidas socioeducativas, fatores que demonstram a necessidade imperiosa de investimentos para a constituição de um eficaz sistema socioeducativo em meio aberto, sem prejuízo da implementação de ações de prevenção, que são inerentes à política socioeducativa que os municípios têm o dever de implementar;

**CONSIDERANDO** que a inexistência adequada de tais programas especializados no atendimento de adolescentes em conflito com a lei, assim como a insuficiência e inadequação das estruturas e serviços municipais para fazer frente à demanda apurada, têm prejudicado os encaminhamentos efetuados pela Justiça da Infância e Juventude, comprometendo, assim, a solução dos problemas detectados, com prejuízo direto não apenas aos adolescentes e suas famílias, que deixam de receber o atendimento devido, mas a toda sociedade;

**CONSIDERANDO** que a política traçada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, aprovada pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e instituída legalmente por meio da Lei n. 12.594/2012, reafirma o compromisso dos Municípios com a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

**CONSIDERANDO** que, consoante o art. 1º, §1º, da Lei n.

12.594/2012, entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvam a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estadual, distrital e municipal, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 2º da Lei n. 12.594/2012, os sistemas estadual, distrital e municipal do SINASE são responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescentes sujeitos a medidas socioeducativas, com liberdade de organização e funcionamento;

**CONSIDERANDO** a necessária observância dos princípios de descentralização, desjudicialização, integração e municipalização do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, os quais estão consignados no art. 204, inciso I, da Constituição da República, assim como nos arts. 88, incisos II, III e V, 86 e 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, incisos I e III, da Lei n. 12.594/2012, estabelece como competências a cargo dos Municípios a criação e a manutenção dos Programas de Atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, destinados a adolescentes incursos na prática de ato infracional e suas respectivas famílias, com ênfase para as medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, previstas no art. 112, incisos III e IV, da Lei n. 8.069/1990, bem como a iniciativa de formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

**CONSIDERANDO** que a criação e a manutenção de tais programas é parte intrínseca da política de atendimento dos direitos de adolescentes, destinada a proporcionar-lhes a devida proteção integral, na forma do disposto no art. 1º da Lei n. 8.069/1990;

**CONSIDERANDO** que o não oferecimento ou a oferta irregular dos programas e ações de governo acima referidos, na forma do disposto nos arts. 5º; 98, inciso I; e 208, incisos I, VII, VIII, X e §1º, todos da Lei n. 8.069/1990, corresponde à efetiva violação dos direitos dos adolescentes submetidos a

medidas socioeducativas, podendo acarretar a responsabilidade pessoal dos agentes e autoridades públicas competentes, conforme previsto no art. 216 do mesmo Diploma Legal e nos arts. 28 e 29 da Lei n. 12.594/2012 (com possibilidade de submissão às sanções civis da Lei Federal n. 8.429/1992 – Lei da Improbidade Administrativa), sem prejuízo da adoção de medidas judiciais contra os municípios, para regularização de sua oferta, conforme previsto nos arts. 212 e 213 da Lei n. 8.069/1990;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, inciso V, da Lei n. 12.594/2012, esclarece ser incumbência do Município o respectivo cadastramento no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e o regular fornecimento dos dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, inciso VI, da Lei n. 12.594/2012, esclarece ser de competência do Poder Municipal o cofinanciamento (em conjunto com os demais entes federados) e a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles sujeitos a medidas socioeducativas em meio aberto;

**CONSIDERANDO** que o art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.594/2012, delimitou o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, para que os Municípios elaborem seus planos decenais, com base no referido Plano;

**CONSIDERANDO** que o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pela Resolução n. 160/2013 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, tendo sido publicado em data de 19 de novembro de 2013;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o art. 10 da Lei n. 12.594/2012, todos os Programas de Atendimento mantidos pelo Município, assim como as suas respectivas alterações, deverão ser devidamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que a inscrição dos Programas mencionados deverá atender obrigatoriamente às especificações e requisitos previstos nos incisos do art. 11 da Lei n. 12.594/2012, sob as sanções previstas no parágrafo

único da mesma norma;

**CONSIDERANDO** que as equipes técnicas que integram os Programas de Atendimento, como os voltados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, deverão ser compostas nos moldes previstos pelo art. 12 da Lei n. 12.594/2012, sob as sanções previstas no § 3º do mesmo dispositivo;

**CONSIDERANDO** que a direção dos Programas de Atendimento Socioeducativo em meio aberto deverá observar os ditames consignados nos incisos dos arts. 13 e 14, *caput*, da Lei n. 12.594/2012;

**CONSIDERANDO** que a avaliação e o acompanhamento da implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo deverão ser efetivados de modo articulado com os demais entes federados, no prazo previsto pelo art. 18 da Lei n. 12.594/2012;

**CONSIDERANDO** que as medidas socioeducativas em meio aberto deverão ser cumpridas mediante a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), nos moldes dispostos nos arts. 52 a 56 da Lei n. 12.594/2012, ressaltando-se que a medida socioeducativa de liberdade assistida deverá obedecer ao prazo de avaliação estatuído no art. 42 da Lei n. 12.594/2012;

**CONSIDERANDO** que todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, obrigatoriamente, respeitar os princípios elencados no art. 71 da Lei n. 12.594/2012 ao redigir seus regimentos;

**CONSIDERANDO** que as unidades de atendimento socioeducativo deverão observar todos os direitos individuais do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa elencados no art. 49 da Lei n. 12.594/2012, dentre os quais destaca-se a atenção integral à saúde, consoante as diretrizes consignadas no art. 60 da Lei n. 12.594/2012;

**CONSIDERANDO** que a Política Municipal Socioeducativa somente pode ser considerada integralmente implementada mediante a elaboração e execução de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e mediante a estruturação de programas de atendimento em meio aberto, conforme previsto na Lei n. 12.594/2012 (art. 49, § 2º), ensejando a obrigatoriedade de observância por parte dos Municípios ao comando cogente da referida norma ordinária;



**CONSIDERANDO** a necessidade de o Município de Macieira adequar seus órgãos e programas às disposições das Leis Federais acima citadas, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e a Lei do SINASE (Lei n. 12.594/2012);

**CONSIDERANDO** que o Município de Macieira é de pequeno porte e que a incidência de atos infracionais é baixa, o que autoriza o cumprimento das obrigações abaixo fixadas para atendimento, por ora, dos adolescentes em conflito com a lei daquele Município, sem prejuízo da adoção de outras providências cuja necessidade futura venha a ser identificada;

**CONSIDERANDO** que tramita na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador o Inquérito Civil n. 06.2012.00000178-9, instaurado para averiguar a situação dos programas/serviços de execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Macieira-SC, no qual restou constatada a necessidade de implantação formal do referido programa;

**CONSIDERANDO** a disposição do Chefe do Poder Executivo Municipal e da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de promover as adequações necessárias para garantir os direitos dos adolescentes em conflito com a lei;

**RESOLVEM** celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, nos seguintes termos:

**I. OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso tem por objetivo implantar de maneira regular o programa de execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Macieira/SC.

**II. OBRIGAÇÕES:**

**Cláusula 2ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a, no prazo de 90 dias, elaborar (e posteriormente executar) o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em conformidade com os Planos Nacional e Estadual, a ser submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contemplando:

- a) diagnóstico da situação do atendimento socioeducativo no Município;
- b) as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento socioeducativo para os 10 anos seguintes;
- c) ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte para os adolescentes atendidos;
- d) a designação de órgão para as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- e) a reavaliação, no máximo a cada três anos, das ações executadas e as pendentes de execução, dando os devidos encaminhamentos.

**Cláusula 3ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a elaborar formalmente e implementar, no prazo de 120 dias, seu Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida).

**Parágrafo único:** A execução do programa deverá contemplar:

- a) a confecção pela equipe técnica de Plano Individual de Atendimento tão logo cada adolescente ingresse no programa, com a participação do próprio adolescente e de sua família e com observância dos requisitos previstos no art. 54 da Lei n. 12.594/2012;
- b) a inclusão do adolescente atendido nos serviços de saúde, educação, assistência social, especialmente:
  - b.1) matrícula e frequência escolar do adolescente, a qualquer momento ao longo do ano letivo, bem como encaminhamento para atendimento especializado em caso de dificuldade de aprendizagem ou desvio de idade-ano;
  - b.2) tratamento especializado do adolescente usuário de substâncias psicoativas;
  - b.3) orientação e o apoio aos pais ou responsável, para que participem do processo de reeducação do adolescente, no exercício responsável dos deveres inerentes ao poder familiar;



b.4) tratamento especializado de pais ou responsável que apresentem distúrbios de ordem psicológica, psiquiátrica, ou façam uso de álcool ou entorpecentes;

b.5) assistência e promoção social de toda a família do adolescente, consoante preceituam os arts. 119, inciso I, e 129, I, da Lei nº 8.069/90; art. 2º, inciso II, da Lei nº 7.429/93 (LOAS) e art. 226, *caput* e § 8º, da Constituição Federal, com envolvimento direto dos técnicos lotados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ou em serviços e/ou programas equivalentes;

c) a realização de relatório detalhado a respeito do cumprimento ou descumprimento da medida socioeducativa aplicada, com a remessa ao Juízo da Infância e Juventude;

d) a identificação e cadastramento dos locais aptos a receberem adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, com a devida orientação do responsável pela fiscalização do serviço a ser prestado, inclusive a respeito dos objetivos das medidas socioeducativas e dos princípios do art. 35 da Lei n. 12.594/2012, e com a elaboração de relatório de prestação de serviços em que seja anotado cada dia e horário em que o adolescente exerce a atividade, com assinatura do adolescente e do responsável pela fiscalização;

e) a elaboração de fluxogramas de atendimentos específicos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.

**Cláusula 4ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a designar formalmente equipe técnica interdisciplinar, que atuará em conjunto em todos os casos, compreendendo no mínimo um profissional da área da saúde, um da educação e um da assistência social, ainda que não seja de dedicação exclusiva ao programa.

**Cláusula 5ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a comprovar a inscrição de seus programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, observando os requisitos previstos no art. 10 da Lei n.

12.594/2012.

**Cláusula 6ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a incluir nas leis orçamentárias anuais, planos plurianuais e leis de diretrizes orçamentárias previsão específica de destinação de verba para manutenção dos programas socioeducativos em meio aberto e execução do plano municipal de atendimento socioeducativo, bem como efetivamente destinar os recursos na forma prevista.

**Cláusula 7ª:** O **Compromissário 1** compromete-se a comprovar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o cadastramento no Sistema Nacional de Informações sobre Atendimento Socioeducativo e a fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do sistema.

**Cláusula 8ª:** Os **Compromissários 1 e 2** comprometem-se a realizar avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 anos, com o objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas e adotar providências para essa finalidade.

**Cláusula 9ª:** O **Compromissário 2** compromete-se a receber a inscrição dos programas de atendimento das entidades governamentais e não-governamentais e a manter registro das inscrições e suas alterações, comunicando ao Conselho Tutelar e à Autoridade Judiciária, observando os requisitos necessários, especialmente aqueles do art. 11 da Lei n. 12.594/2012.

**Cláusula 10ª:** O **Compromissário 2** compromete-se a reavaliar, no máximo, a cada dois anos os programas em execução, tendo em conta como critérios para renovação da autorização de funcionamento o efetivo respeito às regras e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis; e a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude.

**Cláusula 11ª:** O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra os Compromissários que assinam o presente Termo no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante os prazos estipulados, sem prejuízo

da adoção de novas medidas caso seja verificada a insuficiência futura das ora acordadas.

### **III. MULTA E EXECUÇÃO:**

**Cláusula 12ª:** O descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente compromisso, sujeitará pessoalmente o Chefe do Executivo Municipal e os compromissários ao pagamento de multa diária no importe de R\$ 100,00 (cem reais), exigível enquanto pendurar a violação, sem prejuízo do ajuizamento de ação executiva específica para exigir o fiel cumprimento, a tempo e modo, das obrigações aqui pactuadas.

**Parágrafo Único:** Os valores da multa serão revertidos em benefício do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

### **IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 13ª:** O presente ajuste não impede a adoção de outras medidas, caso se constate a insuficiência futura daquelas ora adotadas.

**Cláusula 14ª:** Os prazos serão contados a partir da data da assinatura do ajuste.

**Cláusula 15ª:** Este título executivo não inibe ou restringe as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Cláusula 16ª:** Fica eleito o foro da Comarca de Caçador-SC para dirimir qualquer divergência quanto a este termo.

Por fim, por se acharem acertados, segue o presente Termo de Compromisso firmado em 3 (três) vias de igual teor (uma para cada firmatário), que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 211 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Caçador, 13/08/2018.

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador

**Bruna Gonçalves Gomes**  
Promotora de Justiça

**Zelir Citadin**  
Compromissário 1  
Município de Macieira

**Dr. Ocimar Carlos Pioli**  
Procurador Jurídico  
OAB/SC 12.255

**Luciane Eloy de Andrade**  
Compromissário 2  
Presidente do CMDCA de Macieira